



Senhor Secretário,

Cuida-se, nestes autos, da análise da Prestação de Contas Anual da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP, relativa ao exercício de 2008.

2. A instrução, após exame da documentação juntada aos autos, em atenção à Decisão nº 1.992/12, parcialmente reiterada pela Decisão nº 6.320/12, sugere nova diligência. No entanto, como a diligência anterior não surtiu o resultado esperado, creio que, levando-se em conta a celeridade e a economia processual, seria mais adequado chamar em audiência os gestores do período para que possam justificar as falhas apontadas, tendo em vista que as mesmas podem levar à irregularidade de suas contas. Vejamos.

Dos Responsáveis

3. Inicialmente, na Informação nº 156/2011 da Divisão de Contas da então 1ª Inspeção de Controle Externo foram identificados os responsáveis no item 1, fls. 126/127. Todavia, naquela relação, foram incluídos os ocupantes dos cargos de Chefe do NUPAD, Chefe do Núcleo Financeiro, Chefe do Núcleo de Atividade Educacional, Chefe do Núcleo de Atividade Social, Chefe do Núcleo da Secretaria de Apoio, Presidente do Conselho Fiscal e Conselheiro Fiscal, que não deveriam constar no rol de responsáveis pelas contas da entidade.

4. Por outro lado, deixou-se de apontar o nome do Presidente da instituição e de completar o período de gestão dos cargos de Diretor de Produção e Comercialização e Diretor Administrativo Financeiro. Para o cargo de Presidente do Conselho Deliberativo, foi indicado o nome de Paulo César Chagas, contudo, este senhor assinava como Vice-Presidente daquele colegiado (fls. 236 do apenso nº 056.000.484/08 e 283/284 do apenso nº 056.000.044/09).

5. Conforme o art. 2º do Decreto nº 27.990, de 29 de maio de 2007, que alterou o estatuto da FUNAP, esta Fundação estava vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS e o Titular desta Pasta exercia também o cargo de Presidente dessa entidade. Cito:



Art. 2º - Os artigos 2º, 12, 13, 19 e 34 do Estatuto da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 10.144, de 19 de fevereiro de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP-DF, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e operacional, está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal.

...

Art. 12 - A Presidência da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP-DF será exercida pelo Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, cabendo-lhe o desempenho das seguintes atribuições, além das fixadas em Regimento:

...

Parágrafo único - O presidente da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAPDF poderá delegar as atribuições que se refere este artigo.

...

Art. 13 - O Conselho Deliberativo, órgão superior de deliberação coletiva, será composto de até 07 membros, integrando-o, o Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, como seu Presidente nato, e o Subsecretário da Subsecretaria do Sistema Penitenciário.

§ 1º Os demais membros serão designados pelo Governador do Distrito Federal, mediante indicação do Presidente da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal - FUNAP-DF, que escolherá, dentre eles um Vice-presidente.

6. O Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF seria, então, Presidente da FUNAP e Presidente do Conselho Deliberativo, durante o exercício de 2008. Assim, os responsabilizados nestes autos estão indicados no quadro a seguir (fl. 43):

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Raimundo da Silva Ribeiro Neto*	Secretário de Estado da SEJUS	1º/01 a 04/08/08
Paulo Roberto de Castro*	Secretário de Estado - respondendo	05/08 a 25/08/08
Peniel Pacheco*	Secretário de Estado da SEJUS	26/08 a 17/11/08



Ricardo José Alves**	Secretário de Estado - respondendo	17/11 a 31/12/08
Brás Justino da Costa	Diretor Executivo	01/01 a 31/12/08
Júlio César de Martins e Pinheiro	Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Produção e Comercialização	01/01 a 30/10/08 31/10 a 31/12/08
Maristela Pereira de Moura	Diretor Administrativo e Financeiro	31/10 a 31/12/08
Valdemir Evangelista de Oliveira	Diretor de Produção e Comercialização	01/01 a 30/10/08
Rochane Gontijo Gomes Lima Rocha	Diretor para Assuntos Sociais e Educacionais	01/01 a 31/12/08
Paulo César Chagas	Vice-Presidente do Conselho Deliberativo	01/01 a 12/12/08
João Evangelista Gomes	Membro do Conselho Deliberativo	01/01 a 31/12/08
Emens Pereira de Souza	Membro do Conselho Deliberativo	01/01 a 31/12/08
Raphael Pereira de Caldas	Membro do Conselho Deliberativo	12/12 a 31/12/08

* Processo nº 27.318/11 – TCA/2008 – SEJUS;

** Assinou as Atas das 317ª e 318ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo (fls. 82/84).

7. Os Srs. Paulo Roberto de Castro e Rafael Pereira de Caldas, em razão do curto período em que passaram na condição de responsáveis pelos atos da entidade, sem que haja qualquer irregularidade a eles vinculada, devem ter suas contas julgadas regulares no momento oportuno.

Das Impropriedades

8. O Controle Interno concluiu o Relatório de Auditoria nº 38/2010 – DIRAS/CONT/CGDF, nestes termos (fl. 1035 do apenso nº 056.000.045/09):

Em face dos exames realizados e considerando as impropriedades dos subitens 1.1, 1.2, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.1, 3.2, 4.1, 4.2, 5.1 e item 6, bem como a irregularidade do subitem 2.5, as quais não comprometeram a administração dos gestores, no período a que se refere o presente processo, concluímos pela **regularidade das contas**



com as ressalvas indicadas, emitindo o Certificado de Auditoria anexo a este Relatório.

9. A Informação nº 156/2011 da Divisão de Contas da então 1ª ICE, ao analisar os pontos destacados no Relatório do Controle Interno, deixou assentado que (fls. 128/131):

4.1. Os resultados dos exames de auditoria, levados a efeito pela Controladoria, confrontados com as justificativas apresentadas pela Entidade (fs. 1009-1018 do Apenso nº 056.000.045/2009) por meio da Resposta ao Termo de Audiência com o Auditado nº 24/2010 DIRAS/CONT (fs. 1004-1008 do Apenso nº 056.000.045/2009), permitem-nos concluir o seguinte:

4.1.1. Ocorrências que, a juízo do corpo técnico, não comprometem a regularidade da gestão:

Subitens	1.1 – Demonstrativo da Execução dos Programas de Trabalho. 1.2 – Análise da execução física dos Programas de Trabalho. 2.2 – Ausência de atesto em notas fiscais. 2.4 – Ausência de assinatura em folhas de frequência. 3.1 – Adiantamento de férias não escriturado. 4.1 – Bens inservíveis sem destinação. 4.2 – Deficiência nas instalações, segurança e armazenagem do almoxarifado. 5.1 – Quantitativo da força de trabalho
Comentários	Em face do grande número de ressalvas apontadas e no sentido de evitar longos comentários/leituras e de imprimir maior objetividade na análise e celeridade na tramitação do processo, deixaremos de abordar os subitens individualmente, por considerarmos que, a princípio, os mesmos não têm o condão de macular as presentes contas anuais pelas seguintes razões: - Anotação de erro na parte, somente, operacional da fundação sem indicação de prejuízo nem materialidade que justifique oposição de ressalvas. - Informação prestada suficiente. - Ausência de competência dos gestores para regularizar a ocorrência. - Verificações de situações fáticas em período diverso do em análise

4.1.2. Ocorrências que, a juízo do corpo técnico, poderão comprometer a regularidade da gestão ou ensejar a oposição de ressalvas às contas:



Subitem - fs.*	2.1 - 1024-1025
Sinopse	Deficiência no controle de valores arrecadados. O Controle Interno identificou diversas Guias de Recolhimento não comprovados.
Justificativas	<i>“Item Nº 01 – DIFICIÊNCIA NO CONTROLE DE VALORES ARRECADADOS CONTA CONTÁBIL – 416009901 /416000110</i> <i>Após busca minuciosa junto ao arquivo desta FUNAP, informamos que nada de novo fora encontrado para anexarmos, tendo em vista que no momento de informar a qual nota fiscal se referia o pagamento, o Servidor à época apresentou históricos genéricos; CONTA CONTÁBIL – 476009901</i> <i>Encaminhamos Extratos Bancários, os quais comprovam a receita auferida no ano de 2008, que gerou a NL02516, do ano de 2008, no valor de R\$ 539.468,36 (quinhentos e trinta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos). Quanto aos demais itens, informamos que tendo em vista os históricos genéricos já mencionados anteriormente não fora possível identificar documentos comprobatórios das receitas,” (f. 1012*)</i>
Análise	Considerando que a jurisdicionada somente ratificou os achados da auditoria, entendemos que esta ocorrência deverá repercutir no julgamento das presentes contas pois: 1) A NL apresentada (f. 116) é sobre um termo de cooperação técnica, sem relação com a receita de serviços de ex-presidiários; e 2) O fato é que as GR contestadas foram estornadas, como se não houvesse prestação do serviço. Todavia, o estorno somente foi realizado meses após o recolhimento (fs. 117-125). Diante dos fatos narrados, somos por solicitar à jurisdicionada que nos esclareça a situação identificada.
Subitem - fs.*	2.3 – 1026
Sinopse	Ausência de comprovação da entrada de materiais no almoxarifado. <i>“Em análise aos processos n.ºs 056.000.393/07, 056.000.482/07, 056.000.443/08, 056.000.192/08, 056.000.292/08, 056.000.161/07, 056.000.205/08, 056.000.154/07 e 056.000.452/08 identificamos que não foi incluída nos autos a documentação referente ao recebimento dos materiais no almoxarifado.”</i>
Justificativas	Sem informação.
Análise	O Controle Interno identificou apenas que a documentação relativa à entrada dos materiais de consumo não estavam completas. Considerando que a falha apresentou-se apenas formal, entendemos que esta ocorrência deverá, em momento oportuno, repercutir no julgamento das presentes contas.
Subitem - fs.*	2.5 - 1027-1028
Sinopse	Pagamento de jetons sem comprovação de presença em reunião.



	<p><i>“Em análise ao processo nº 056.000.061/08, referente ao pagamento de jetons aos Conselheiros Fiscais da FUNAP, identificamos as seguintes impropriedades:</i></p> <p><i>a) ausência das Atas das Sessões do Conselho Fiscal referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2008;</i></p> <p><i>b) constatamos que todas as atas das sessões não possuem a identificação nem a assinatura dos secretário que a lavrou, em desacordo como que determina os artigos 7º e 8º do Regimento Interno do Conselho Fiscal; e</i></p> <p><i>c) não existe o livro de registros de atas, em desacordo com o que dispõe o artigo 25 do Regimento Interno do Conselho Fiscal da FUNAP.”</i></p>
Justificativas	<p><i>“Outrossim, informamos que com referência ao item 5 – Impropriedade no pagamento de JETONS, não identificamos em nossos arquivos os documentos comprobatórios (atas) das reuniões, e desta forma, estaremos verificando junto ao Tribunal de Contas do DF, se os mesmos foram encaminhados aquela Corte de Contas.” (f. 1009*)</i></p>
Análise	<p>Diante da ausência de comprovação da realização de reuniões e tendo em conta a possibilidade de repercussão no julgamento das presentes contas, somos por diligenciar à FUNAP que encaminhe à essa Corte de Contas, para análise, todas as Atas das Sessões do Conselho Fiscal, bem como o Processo nº056.000061/08, sem o embargo de apresentarem qualquer outra documentação comprobatória das realizações das referidas reuniões.</p>
Subitem - fs.*	3.2 - 1029-1030
Sinopse	<p>Diferença na apuração do saldo em estoque do almoxarifado.</p> <p><i>“Após conciliação da movimentação financeira dos materiais em estoque realizada por esta equipe de auditoria, identificamos diferença entre o saldo inicial do exercício de 2008 no sistema SIGGO e o informado pela FUNAP, de acordo com as informações constantes das planilhas às fls. 133 à 188 do Processo nº 056.000.045/09 ...</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>... como pode ser constatado às folhas 133 do processo citado, o saldo inicial da conta contábil 1999404000 informado pela FUNAP, difere do informado pelo SIGGO.</i></p> <p><i>Com relação à conta contábil 523120201, o somatório das saídas de material das planilhas apresentadas no mesmo processo (Demonstrativo de Movimentação do Material de Consumo do Almoxarifado) folhas 133 a 180, difere do próprio valor informado pela FUNAP na planilha de fechamento do mês de dezembro por subelemento (fls. 180.).</i></p> <p><i>As diferenças apresentadas ... são decorrentes da ausência de conciliação dos saldos de abertura, movimentação e fechamento do almoxarifado, no exercício de 2008. O descontrole das informações relativas aos saldos apurados e suas respectivas movimentações geram distorções no Balanço Patrimonial da Unidade.</i></p>



	<i>De acordo com o Memo 026/2010-NUPAD/FUNAP, de 30.03.2010, não foi realizado o inventário de material de consumo referente ao exercício de 2008. Neste mesmo exercício a Unidade não estava inserida no sistema SIGMA (Sistema Integrado de Gestão de Material), situação esta que contribuiu para o desvio ora relatado.”</i>
Justificativas	<i>“Informamos que o almoxarifado a partir do ano de 2009 passou a ser controlado pelo sistema SIGMA/SEPLAG, tornando o controle do almoxarifado mais eficaz e confiável, possibilitando urna conciliação mais consistente entre o estoque físico e o contábil.” (f. 1011*)</i>
Análise	O descontrole do almoxarifado deverá, no momento oportuno, repercutir no julgamento das presentes contas.

* Apenso nº 056.000045/2009

10. Ao final, concluiu (fl. 142):

Procedidas as verificações, conferências e análises das demonstrações, relatórios, pronunciamentos e demais documentos que compõem as presentes contas, concluímos:

A – Pontos que deverão ser diligenciados antes do julgamento:

Itens 4.1.2 (2.1 e 2.5), 5.1, 6 (2.4, 3.6 e 3.10) e 7.A.2

B – Pontos que poderão repercutir nas presentes contas:

Itens 4.1.2 (2.1, 2.3, 2.5 e 3.2) e 7.B.1

C – Pontos que poderão ser acompanhados nas TCA subsequentes:

Não houve

Considerando os comentários anotados no tópico 7.B.2 desta instrução, o Processo nº 1589/2010 deverá ter sua repercussão no julgamento das presentes contas avaliada em momento oportuno.

11. As sugestões apresentadas foram acatadas pelo Relator destes autos e o Plenário proferiu a Decisão nº 1.992/12, com diligências à FUNAP e à SEJUS, constantes dos itens III, V e VI (fl. 161).

12. A FUNAP, por meio do Ofício nº 500/2012 – GAB/DIREXE/FUNAP-DF (fl. 174), respondeu ao item III. A documentação encaminhada compõe o Anexo I destes autos. Os itens V e VI foram reiterados pela Decisão nº 6.320/12 (fl. 181).

13. Após a manifestação das jurisdicionadas, ao examinar o atendimento às Decisões nºs 1.992/12 e 6.320/12, a Informação nº 212/2013 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 214/219) considerou cumprida a diligência constante



dos itens V e VI e parcialmente cumprida a que se refere ao item III, propondo nova diligência. Anotou também que o Processo nº 1.589/10 foi arquivado sem que causasse reflexos nestas contas.

14. Acontece que os itens III.1, III.2 e III.3 da Decisão nº 1.992/12 buscavam esclarecer os subitens 2.1 e 2.5 do Relatório de Auditoria nº 38/2010 – DIRAS/CONT/CGDF, indicados como pontos que podem comprometer a regularidade destas contas, juntamente com os subitens 2.3 e 3.2, conforme descrito nos §§ 9º e 10 acima.

15. O item 7.B.1, também citado no § 10, consoante descrito na fl. 139, trata de deficiências na gestão de pessoal, relacionadas à ineficiência e inaptidão daqueles servidores ocupantes de cargos comissionados. Todavia, a responsabilidade pela falta de critérios no preenchimento desses cargos não deve recair sobre os gestores, pois a nomeação ocorre por meio de decreto do Governador do Distrito Federal.

16. Nova diligência, a ser respondida pelos gestores atuais, para tentar solucionar pendências do ano de 2008, provavelmente, não traria resultados positivos. Portanto, penso que o momento deveria ser de audiência dos responsáveis, para que apresentem suas justificativas em razão das impropriedades indicadas nos subitens 2.1, 2.3, 2.5 e 3.2 do Relatório de Auditoria nº 38/2010 – DIRAS/CONT/CGDF.

17. Nesse sentido, lamentando discordar da instrução, proponho ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento:

- a) da Informação nº 212/2013 – SECONT/3ª DICONTE (fls. 214/219);
- b) do Ofício nº 016/2013-GABINETE e anexos e do Ofício nº 63/2013 – GAB/DIREXE/FUNAP, considerando atendida a diligência constante nos itens V e VI e parcialmente cumprida a do item III da Decisão nº 1.992/12, reiterada pela Decisão nº 6.320/12;

II. com fulcro no artigo 13, inciso III, da Resolução TCDF nº 102/98, considere encerrada a TCE objeto do Processo nº 400.000.352/2007, ante a verificação de ausência de prejuízo feita pelo Controle Interno;



- III. determine, com base no art. 13, inciso III, da LC nº 01/94, a audiência dos responsáveis indicados no § 6º desta Cota Complementar, com exceção daqueles nomeados no § 7º, pelos motivos ali expostos, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem suas justificativas para as impropriedades apontadas nos subitens 2.1 - Deficiência no controle de valores arrecadados, 2.3 - Ausência de comprovação da entrada de materiais no almoxarifado, 2.5 - Pagamento de jetons sem comprovação de presença em reunião e 3.2 - Diferença na apuração do saldo em estoque do almoxarifado do Relatório de Auditoria nº 38/2010 – DIRAS/CONT/CGDF, tendo em vista a possibilidade de suas contas serem julgadas irregulares, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, c/c o art. 20, ambos da mesma Lei Complementar;
- IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as devidas providências.

À superior consideração.

Brasília, 19 de setembro 2013.